
MONOGRÁFICO

DOSSIER

EL HOSPITAL Y EL TEMPLO EN LA CORONA DE ARAGÓN Y REINO DE NAVARRA (SIGLOS XII-XIII).
MOTOR DE LAS TRANSFORMACIONES SOCIALES Y LA RELIGIOSIDAD.
JULIA PAVÓN BENITO Y MARIA BONET DONATO (EDS.)

Dinâmicas sociais e redes patrimoniais em torno dos Hospitalários e dos Templários em Portugal (séculos XII-XIV)

Dinámicas sociales y redes patrimoniales en torno a los Hospitalarios y a los Templarios en Portugal (siglos XII-XIV)

Social Dynamics and Heritage Networks around the Hospitallers and the Templars in Portugal (12th–14th Centuries)

Paula Pinto Costa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço (CITCEM), Portugal
ppinto@letras.up.pt, <https://orcid.org/0000-0002-1926-2276>

Resumo: As dinâmicas sociais e a sua articulação com as redes patrimoniais desenvolvidas em torno das ordens do Hospital e do Templo em Portugal nos séculos XII a XIV refletem o período em que ambas coexistiram no território português e as mudanças de paradigma no tratamento das ordens religioso-militares e na aristocracia que, muitas vezes, as procurava. A problematização deste tema depende da identificação de quem ingressava nestas instituições, tendo em atenção a diversidade de razões que mobilizavam as pessoas para esses projetos de vida, e, por outro, da perceção do modo como era feita a distribuição desses recursos humanos pelos diversos núcleos patrimoniais que as referidas ordens iam acumulando. Freires, donatos, confrades e benfeitores contribuíam para a adesão social ao projeto destas instituições. Todos estes indicadores indicam a complexidade de interligações sociais e a capacidade de mobilização social que as ordens jerosolimitanas tiveram nos séculos XII a XIV.

Palavras-chave: dinâmicas sociais; redes patrimoniais; Hospitalários; Templários; Portugal; Idade Média.

Resumen: Las dinámicas sociales y su articulación con las redes patrimoniales desarrolladas en torno a las órdenes del Hospital y del Templo en Portugal en los siglos XII a XIV reflejan el período en que ambas coexistieron en territorio portugués y los cambios de paradigma en el tratamiento de las órdenes religioso-militares y en la aristocracia que a menudo las buscaba. La problematización de esta cuestión pasa, por un lado, por identificar quiénes ingresaron en estas instituciones, teniendo en cuenta la diversidad de motivos que movilizaban a las personas para estos proyectos de vida y, por otro, por comprender cómo se distribuyeron estos recursos humanos entre los diversos núcleos patrimoniales que estas órdenes acumularon. Freires, donatos, cofrades y benefactores contribuyeron a la adhesión social al proyecto de estas instituciones. Todos estos indicadores apuntan a la complejidad de las interconexiones sociales y a la capacidad de movilización social que tuvieron las órdenes jerosolimitanas en los siglos XII al XIV.

Palabras clave: dinámicas sociales; redes patrimoniales; Hospitalarios; Templarios; Edad Media.

Abstract: The social dynamics and their articulation with the heritage networks developed around the Orders of the Hospital and the Temple in Portugal in the 12th to 14th centuries reflect the period in which both coexisted in Portuguese territory and the paradigm shift in the treatment of religious-military orders and the changes in the aristocracy that often sought them out. The problematisation of this issue depends on identifying who entered these institutions, bearing in mind the diversity of reasons that mobilised people for these life projects and, on the other hand, on understanding how these human resources were distributed among the various patrimonial nuclei that these orders accumulated. Brothers, *donatos*, *confratres* and benefactors contributed to social adherence to the project of these institutions. All these indicators point to the complexity of social interconnections and the capacity for social mobilisation that the orders from Jerusalem had in the 12th to 14th centuries.

Keywords: social dynamics; heritage networks; Hospitallers; Templars; Portugal; Middle Ages.

Recebido: 11-11-2024 / **Aceite:** 10-09-2025 / **Publicado:** 21-09-2026

Como citar: Costa, Paula Pinto. 2026. “Dinâmicas sociais e redes patrimoniais em torno dos Hospitalários e dos Templários em Portugal (séculos XII-XIV)”. *Hispania Sacra* 78 (157): 1275. <https://doi.org/10.3989/hs.2026.1275>

Copyright: © 2026 Editorial CSIC. This is Diamond Open Access content distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0) License.

Informação complementar ↓

1. INTRODUÇÃO¹

O objeto desta reflexão é o estudo das dinâmicas sociais e a sua articulação com as redes patrimoniais desenvolvidas em torno dos Hospitalários e dos Templários em Portugal nos séculos XII a XIV. Não só é o período em que ambas as ordens coexistiram no território português, como a transição do século XIII para o XIV coincide com uma mudança de paradigma no tratamento das ordens religioso-militares e com alterações significativas na aristocracia que, muitas vezes, as procurava. A problematização do tema escolhido depende da identificação de quem ingressava nestas instituições, tendo em atenção a diversidade de razões que mobilizavam as pessoas para esses projetos de vida, e, por outro, da percepção do modo como era feita a distribuição desses recursos humanos pelos centros administrativos dos diversos núcleos patrimoniais que as referidas ordens iam acumulando. Em última instância, o objetivo é verificar se há uma relação entre as zonas de origem e de influência das famílias biológicas dos freires e o acesso à gestão de determinados bens dessas ordens jerosolimitanas, tendo em conta, nomeadamente, as comendas que esses freires assumiam.

As dinâmicas sociais que se desenvolviam em torno das ordens militares eram muito complexas e incluíam os freires que professavam, as pessoas que a elas se associavam sob a forma de donatos e confrades, e os benfeitores que através de doações e de legados testamentários contribuíam, igualmente, para a adesão social ao projeto destas instituições. Todos estes indicadores indiciam a complexidade de interligações sociais, a pluralidade, o dinamismo e a capacidade de mobilização social que as ordens jerosolimitanas tiveram nos séculos XII a XIV.

A preferência sistemática de determinadas famílias pelo ingresso nestas instituições já foi detetada pelos historiadores, ao ponto de Bernardo de Vasconcelos e Sousa falar em “uma Ordem de família” para se reportar à escolha da Ordem do Hospital pelos Pimentel (Sousa 2000, 149-172). Esta constatação

¹ Abreviaturas utilizadas: BA = Biblioteca da Ajuda; COTP = Cartulário da Ordem do Templo em Portugal; TT = Torre do Tombo.

é mais do que estimulante para se querer continuar a discutir os diferentes níveis de sociabilidade nas ordens militares em Portugal e a complexidade das redes sociais de que faziam parte, bem como estudar a necessária articulação com as redes patrimoniais e o impacto dessas opções sociais na configuração do património e da sua gestão. A partir do momento em que as ordens militares assumiram funções ligadas à guerra e ao domínio territorial, torna-se imperioso ter em consideração os fatores que lhes permitiram acumular tanto território e as complexas estratégias que foram aplicadas à sua gestão. Embora uma das questões amplamente abordadas pelos textos de caráter normativo seja a administração dos bens patrimoniais, nem sempre as estratégias de gestão seriam o resultado da aplicação de políticas conventuais (centrais ou provinciais); antes pelo contrário, por vezes, seriam o resultado de interesses e de pressões sociais e políticas sobre as ordens que importa valorizar.

Há duas grandes forças modeladoras do património das ordens militares: por um lado, a coroa que necessitava defender e povoar o território e que optou por entregar terras de grande dimensão a estas ordens, reconhecendo a sua capacidade de cooperação com o projeto régio, e, por outro lado, os interesses de alguns setores sociais que, entre gestos beneméritos e ambições de domínio patrimonial, acabavam por influenciar profundamente a gestão dos bens fundiários das ordens militares. Numa perspetiva mais tradicional, a historiografia especificamente dedicada às ordens insistiu apenas no peso do fator régio, embora a investigação sobre a nobreza tenha aberto uma profícua linha de trabalho para explorar a segunda vertente. Este estudo foca-se precisamente na problematização deste segundo aspeto. Saliente-se que foi coincidente o momento em que a monarquia estabeleceu um plano de controlo crescente das ordens militares, acentuando a interferência na escolha de homens da sua confiança para aí colocar e, por conseguinte, intensificando o seu ascendente sobre as dinâmicas sociais em torno destas instituições, e em que passou a ser o fator decisivo de hierarquização da nobreza pela sua atração à corte régia. Estes dois processos alcançaram uma maturidade que está perfeitamente identificada nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis (Mattoso 1987; Ventura 1992; Pizarro 1999).

Para identificar e debater os interesses que alguns setores sociais depositavam nas ordens jerosolimitanas presentes em Portugal confrontamo-nos com escassas informações documentais e bibliográficas. Os investigadores que têm trabalhado sobre os Templários em Portugal, como Saul António Gomes, cujo primeiro trabalho foi publicado em 1997, e Joana Lencart, na sequência da sua tese de doutoramento em 2018, autores de múltiplas publicações sobre a Ordem mais no domínio documental, patrimonial e da evolução histórica, ou de Cristina Fernandes (2009), José Valente (2009) e Rui Nobre (2021), estes três últimos autores de três teses de doutoramento de abrangência geral, têm privilegiado outros aspetos e não têm explorado as dinâmicas sociais que constituem o nosso objetivo. Os dados sobre o perfil social dos freires são aleatórios e lacónicos, o que levanta muitos obstáculos à sua interpretação. Por exemplo, não é conhecido qualquer registo do ingresso formal de novos freires para o período em estudo e que se possa assemelhar à riqueza de uma lista de matrículas ou de admissões. A seleção dos dados passíveis de interpretação assenta, pois, na consulta de documentação muito vasta e nos dados proporcionados pelos trabalhos de investigação sobre a nobreza e requiere estratégias de trabalho complexas. Do ponto de vista metodológico, a análise privilegia os freires de que se identifica a família de origem e dos quais conhecemos as áreas de influência enquanto comendadores. Há, no entanto, fortes condicionantes desta metodologia de trabalho. Desde logo, entre os séculos XII e XIV, a menção ao nome de família era relativamente rara, o que limita bastante este exercício. O mais frequente era o registo escrito apenas do nome do freire, do patronímico, ou de uma alcunha, e da dignidade ou cargo que exercia, sem que isto garanta a sua plena identificação. Fixar a lista dos freires que ascenderam a dignidades e cargos em Portugal, nomeadamente ao de comendador, é um exercício difícil e que continuará sempre a proporcionar resultados incompletos, o que avoluma as limitações do estudo.

2. ADEÇÃO SOCIAL E GESTÃO PATRIMONIAL

De uma maneira geral, o universo dos freires das ordens religioso-militares era bastante diminuto. Apesar de serem poucos, os que professavam teriam motivações substantivas para o fazerem, sem que se consiga, à distância de tanto tempo, fazer uma avaliação segura das motivações profundas que lhe estavam subjacentes. Entre o querer ser freire de uma ordem jerosolimitana, fruto de uma decisão

peçoal relacionada com uma vocação religiosa e espiritual, e o ter de ser freire, por razões diversas, por vezes, de índole material e social, impostas pela família biológica em que o freire tinha nascido, haveria uma enorme diferença que não se consegue aferir.

Tendo por base os exemplos das ordens do Hospital e do Templo, os motivos gerais que justificavam, por um lado, o ingresso de freires e, por outro, a adesão de outras pessoas que se associavam a estas ordens sem que isso implicasse um compromisso de vida religiosa assente na profissão dos votos essenciais que caracterizavam a vida religiosa (obediência, pobreza e castidade), podem ser subdivididos em dois grandes grupos: os elementos comuns às duas ordens e os fatores de distinção relacionados com a singularidade de cada uma delas. No primeiro grupo, podemos incluir a assunção de um projeto religioso inovador e aliciante e que era definido pelo compromisso entre a vida leiga e religiosa e pela sacralização da guerra, a ligação seminal ao *ethos* de Jerusalém, da peregrinação e da cruzada cristã, ideais publicamente assumidos por certas figuras notáveis e que induziam outras pessoas a fazer o mesmo, a capacidade de granjear o prestígio das armas e de fazer a guerra que proporcionava riqueza, a influência da origem nobilitada dos fundadores, a ligação aos meios monárquicos, o potencial para sufragar as almas dos seus professos e a garantia do usufruto de um leque de privilégios pontifícios e régios.

Em complemento a estes, havia os fatores que decorriam da singularidade de cada uma delas. Na Ordem do Hospital, foi a possibilidade de envolvimento num projeto de caridade e hospitalidade, associado à peregrinação. A eventual influência exercida pela ocupação da dignidade mestral por parte de D. Afonso de Portugal (1203-1206), filho do rei D. Afonso Henriques, e pela atitude do monarca português, D. Afonso II, que em 1211 se afirmou *defensor pauperis* e que, com isso, pode ter favorecido a prática de atividades em benefício dos mais carenciados (Tavares 1989, 22), chamam a atenção para a missão dos Hospitalários e terão estimulado o apoio à ordem. Por sua vez, na Ordem do Templo, a prática da guerra e a adesão à mais célebre forma de cavalaria cristã seriam os fatores que entusiasmavam os pretendentes a freires. Algo semelhante aconteceria com os beneficiados da ordem e com os seus benfeitores e que constituíam expressões dos interesses sociais que se desenvolviam em seu torno.

Em síntese, havia fatores endógenos e exógenos às ordens que faziam delas opções de vida atrativas nos séculos XII-XIV. Porém, os requisitos de admissão dessas pessoas ou os critérios de seleção, se é que os havia, não são conhecidos. Ao longo do tempo, esses fatores foram, com certeza, variando bastante. Registe-se, a título informativo, que nas Ordenações Manuelinas, compilação legislativa produzida em Portugal em 1512-1513, constata-se que a Ordem do Hospital outorgava hábitos a muitos donatos, isto é, àqueles que doavam bens à ordem e que passavam a usufruir dos seus privilégios, incluindo o de isenção da jurisdição régia, tornando-se, assim, uma prática condenável na ótica da coroa.² Para cronologias anteriores, não são conhecidos dados significativos sobre donatos ou confrades, o que nos impede de explorar esta vertente da adesão às ordens jerosolimitanas.³

Para aqueles que pretendiam assumir um modo de vida religioso, o ingresso numa ordem religiosa militar ao longo dos séculos XII a XIV seria aliciante. Esta opção não importaria aos freires uma rutura drástica com o modo de vida que teriam no seu contexto familiar, fosse ele da esfera da aristocracia ou da vilania. Os freires que enveredavam por essa escolha podiam continuar a adotar lógicas senhoriais aplicadas à gestão das comendas e à prática das armas, bem como a reproduzir os códigos de honra típicos da cultura cavaleiresca, por via da cavalaria religiosa, ao contrário do que aconteceria com aqueles que entravam numa ordem religiosa monástica, em que os que se faziam monges abraçavam uma vida mais contemplativa afastada das referidas linhas de conduta.

A eficiência das ordens religioso-militares em termos de domínio territorial fez delas atrativas para diversos setores sociais. De acordo com José Mattoso (1982, 234), já no século XIII, todas as famílias nobres recorriam às ordens militares para colocar os filhos. Este princípio de atuação faz com que o estudo das dinâmicas sociais em articulação com as redes patrimoniais das ordens militares em Portugal

² Ordenações Manuelinas, Livro II, Título III, 13-14.

³ Ao contrário da evidência histórica conhecida para Navarra, onde estas ordens exerciam uma enorme capacidade de atração de confrades. Pavón Benito e Bonet Donato 2022, 197-230.

seja devedor dos trabalhos de investigação sobre a nobreza,⁴ trabalhos estes que nos permitem isolar e sistematizar os dados em relação ao Hospital e ao Templo. Note-se, porém, que nem todos os freires tinham ascendência aristocrática.

Em Portugal, os bens fundiários foram alvo de uma fragmentação sucessiva, dado que eram repartidos geração após geração, como resultado da observação de um sistema de heranças que contemplava múltiplos herdeiros, o que fragilizava o seu poder, como demonstra a investigação levada a cabo por José Augusto Pizarro (1999, 565-592).⁵ Numa altura em que a posse e o domínio jurisdicional sobre a terra representavam uma forma de acumulação de riqueza, de projeção social e de exercício de poder ímpar, a referida circunstância teve um impacto enorme nas dinâmicas sociais e nas redes patrimoniais que lhe estavam associadas. O mencionado sistema de heranças pode ter impulsionado a procura pelas ordens religioso-militares por parte de alguns senhores, que as viam como um meio de potenciar os rendimentos e o prestígio que as suas diminutas terras familiares lhes assegurariam.

Como é aceite pela historiografia, a coroa e as ordens militares partilharam estratégias cruciais para a construção e consolidação do território português envoltas em aliciantes expectativas. A cooperação na guerra, que muitas vezes não se traduzia no envolvimento em grandes batalhas e privilegiava a ocupação do território e a sua organização a partir de pontos cruciais como os castelos, a par da participação nas dinâmicas do povoamento, a obtenção de novas terras, a exploração económica dos domínios e o exercício de cargos administrativos e judiciais ligados à governação do território, são prova disso mesmo. A apreciação individual dos exemplos das duas ordens militares, tendo por base as características distintas dos territórios de instalação inicial de cada uma delas, é determinante para a concretização dos objetivos traçados para este estudo.

2.1. Ordem do Hospital

A Ordem do Hospital começou por se implantar em Leça do Balio na segunda década do século XII e expandiu os seus territórios pelas áreas do Entre Douro e Minho, Beira Interior e Alto Alentejo em torno de Belver e do Crato / Flor da Rosa. O apoio à peregrinação foi o fator decisivo da adesão à ordem nos primórdios da sua história no noroeste peninsular. Diogo Gelmirez, arcebispo de Santiago de Compostela (1102-1140), procurava equiparar Compostela a Jerusalém e Roma (Marques 1999, 210), e tudo fez para dinamizar as redes de peregrinação que convergiam para a sua catedral e que potenciavam o seu projeto religioso e político. Neste contexto, muitas pessoas nutriram um interesse profundo de aproximação à ordem. As doações e os testamentos contêm pistas sobre este processo, sobretudo nas expressões usadas para exprimir as razões que motivavam essas opções altruístas. A este nível, destacam-se a expectativa de salvação da alma do benfeitor ou da dos seus parentes, o que é condicente com um plano de salvação nos moldes da nova espiritualidade que estava a emergir e que as ordens corporizavam.

A Ordem do Hospital começou por estar muito enraizada no Norte do território português e teve uma enorme exposição à nobreza, uma vez que essa era a área de origem das principais casas senhoriais. Face ao que se consegue apreender em relação às intrincadas redes em que esta ordem participava, é possível reconhecer a existência de uma aliança estratégica com a nobreza, em termos latos, para a cronologia em estudo (Costa 2005; Carraz, 2022). A Ordem do Hospital foi passando por um processo de transformação contínua tendente à atração de figuras aristocráticas, como se depreende do quadro normativo com que se regia.⁶ Este requisito social não era condição *sine qua non* de ingresso nos

⁴ Salientando-se a investigação matricial feita por José Mattoso (1982 e 1987), Leontina Ventura (1992), Luís Krus (1994), José Augusto Pizarro (1999) e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000).

⁵ O autor associa esta realidade ao avanço precoce do processo de centralização régia no caso português e defende que o modelo português se desenvolveu em claro contraste com outros paradigmas que beneficiavam a concentração de bens no filho mais velho.

⁶ BA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, n.º 49-II-32, ff. 18v e 20. Durante o mestrado de Hugo Revel (1258-1277), foi proibida a admissão aos filhos bastardos, exceto se fossem filhos de condes ou de outros senhores de grau superior, e foi determinado que aquele que quisesse ser recebido como cavaleiro teria de fazer prova de que era filho de pais nobres.

primórdios da instituição, uma vez que a prioridade era a prossecução de um programa centrado na prática da hospitalidade e não da guerra, este último, sim, apanágio da nobreza.

Em termos concretos, a investigação revela algumas linhagens que se interessaram pela Ordem do Hospital em Portugal: a *Família Real*, os *Pereira* (Trastâmara-Trava [Touques] / Pereira [Palmeira], entre a margem esquerda do Cávado e o vale do Ave, passando o Douro em meados do século XIV e marcando presença na corte régia, condição para uma fulgurante ascensão posterior (Pizarro 1999, 2:293-297, 552), os *Riba de Vizela*, de Guimarães e outros lugares em que se situavam bens bastantes dispersos, onde se inclui Coimbra e o sul do Tejo (Pizarro 1999, 1:535-537, 2:545), os *Redondo* (Baião / Redondo, ramo dos Velhos implantados na Beira, em torno de Coimbra e da serra da Lousã, tendo chegado à Estremadura e Santarém e com grande ligação à corte régia (Pizarro 1999, 2:547-548), os *Góis-Farinha* oriundos de Coimbra e Lousã, tendo ligações profundas a vários membros do grupo dos cavaleiros de Coimbra e com chegada ao vale do Tejo e Alentejo nos séculos XIII e XIV (Ventura 1992, 2:746-747; Pizarro 1999, 2:465-466, 553-554), os *Teixeira*, provenientes dos de Lanhoso, por via materna, e dos de Baião; Teixeira e Gestação, com grande mobilidade entre a margem direita do vale médio do Douro, fronteira do Minho, Terra de Santa Maria (Mattoso 1987, 299; Pizarro 1999, 2:141-143, 556), os *Camelo*, ramo secundário dos Cunhas implantado no litoral entre os rios Ave e Cávado e termo de Coimbra (Pizarro 1999, 2:383, 557), os *Baião-Resende*, com ascendência materna nos de Riba Douro e presentes na margem sul do Douro a ocidente de Lamego (Pizarro 1999, 1:295-297, 2:544, 554-555), os *Urgeses* oriundos de Guimarães, com expansão para o litoral pelas terras de Faria, Coimbra e Penela (Pizarro 1999, 2:417-418, 557), os *Fonseca* ligados aos de Riba Douro e implantados na margem sul do Douro nos concelhos em torno de Lamego e pontualmente em Leiria e Torres Vedras (Pizarro 1999, 2:555), os *Homem-Froião*, ramo dos Pereira presente nos concelhos de Barcelos e de Famalicão, sendo que no século XIV alguns membros fixam-se em Santarém e Lisboa (Pizarro 1999, 2:311-312, 556-557), os *Alto*, provenientes da família Nóvoa e com ligações à corte (Mattoso 1982: 234), os *Basto*, ramo dos Guedões nas Terras de Basto, até Montalegre e Montelongo (Pizarro 1999, 2:25, 560), os *Curveira*, família não nobre, que deriva dos Baiões,⁷ os do *Monte*, ligados aos Barroso-Vides,⁸ os *Pimentel* com influência na corte e especialmente presentes entre Douro e Minho e distrito de Aveiro (Sousa 2000, 152) e os *Sequeira*.

Restringindo a análise aos comendadores, pelo facto de permitirem avaliar, de um modo singular, a ligação que existia entre algumas dinâmicas sociais e as redes patrimoniais a que tinham acesso no âmbito da ordem, os dados a salientar encontram-se sintetizados na **tabela 1**.

Tabela 1. Relação entre a origem geográfica dos freires da Ordem do Hospital e as comendas que geriam (séculos XII–XIV)

Freire	Família/Linhagem	Territórios da família	Comenda
Fernão Peres Sequeira		Braga	Comendador de Barrô (1245) ⁹
João Durães de Riba de Vizela	Riba de Vizela; alta nobreza de corte	Grande dispersão de bens, onde se inclui o Sul do Tejo. Herdeiros de parte do património da linhagem da Maia	Comendador de Belver (1270 ¹⁰ -1278 ¹¹)

⁷ Pizarro 1999, vol. 3: árvore genealógica 4.5.

⁸ Pizarro 1999, vol. 3: árvore genealógica 4.9.3.

⁹ Costa 1983, estampa n.º 84.

¹⁰ Livro dos Bens de D. João de Portel, doc. 50, 67-68.

¹¹ TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª Incorporação, ex. 37, m. 86, n.º 3959.

Freire	Família/Linhagem	Territórios da família	Comenda
Afonso Pires Farinha	Góis-Farinha; média nobreza de corte	Zona de Coimbra e da Lousã. Séculos XIII e XIV atingem o vale do Tejo e Alentejo	Comendador de Rio Meão (1271) ¹² , Vera Cruz de Marmelar (1271-1282) ¹³ e Leça (1280-1282) ¹⁴
Rui Pereira	(Trastâmara-Trava) (Touques) / Pereira (Palmeira); média nobreza de corte	Entre a margem esquerda do Cávado e o vale do Ave. Meados do século XIV passam o Douro	Comendador de Chavão (1277 ¹⁵ -1281 ¹⁶)
Martim Pires Froiã	Homem-Froiã (ramo dos Pereiras); média nobreza regional	Concelhos de Barcelos e de Famalicão. No século XIV alguns membros fixam-se em Santarém e Lisboa	Comendador de Moura Morta (1278) ¹⁷
Gonçalo Pires Pereira	(Trastâmara-Trava) (Touques) / Pereira (Palmeira); média nobreza de corte	Entre a margem esquerda do Cávado e o vale do Ave. Meados do século XIV passam o Douro	Comendador de Limia, Toronho, Távora e Faia (1280 ¹⁸ -1285 ¹⁹) e de Panóias ²⁰
Afonso Esteves da Teixeira	Teixeira (provenientes dos de Lanhoso e, por via materna, dos de Baião); média nobreza regional	Teixeira e Gestaço, grande mobilidade na margem direita do vale médio do Douro, fronteira do Minho, Terra de Santa Maria	Comendador de Távora (1285) ²¹
Vasco Martins Pimentel	Pimentel	Entre Douro e Minho e distrito de Aveiro.	Comendador do Crato e da Sertã (1297) ²²
Estêvão Vasques Pimentel	Pimentel	Entre Douro e Minho e distrito de Aveiro.	Comendador da Sertã, Leça, Crato, Rio Meão e Faia (morreu em 1336) ²³

Fonte: **Mattoso 1987**, 289-313; **Pizarro 1999**, 2:540, 543-561 (no que toca à classificação das famílias e às áreas de implantação); **Costa 1993**; **Costa 2005**.

A forma sistemática como algumas famílias recorriam à Ordem do Hospital evidencia-se pelo parentesco entre alguns freires.²⁴ Refiram-se alguns exemplos elucidativos desses vínculos. João Durães de Riba de Vizela era tio de Fr. Pedro Rodrigues Alto (**Pizarro 1999**, 1:541). Afonso Esteves da Teixeira era tio de Fr. Gonçalo Anes da Teixeira (**Pizarro 1999**, 2:147-148). O prior Mendo Gonçalves da Curveira era irmão de Fr. Gomes Gonçalves de Curveira (**Albuquerque 1992**, 138). Fr. Gonçalo Martins do Monte era primo e co-irmão de Fr. Vasco Pais do Monte.²⁵ Os laços familiares entre os Pereira e os Pimentel estão

¹² **Pizarro 1999**, 2:468.

¹³ *A Comenda de Marmelar. Corpus Documental* (1258-1640) 2013, vol. 16, doc. 8.

¹⁴ **Pizarro 1999**, 2:468.

¹⁵ TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª Incorporação, ex. 37, m. 84, n.º 3870.

¹⁶ TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª Incorporação, ex. 37, m. 85, n.º 3917, embora presente no capítulo que a Ordem do Hospital realizou em Coimbra, não esteja indicado como comendador de Chavão.

¹⁷ TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª Incorporação, ex. 37, m. 86, n.º 3959.

¹⁸ *A Comenda de Noudar. Corpus Documental* (1248-1554). 2013, vol. 14, doc. 7, 44-46.

¹⁹ **Pizarro 1999**, 2:303.

²⁰ Em data desconhecida. **Pizarro 1999**, 2:303.

²¹ **Krus 1994**, 94.

²² *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, doc. 526, 525-527.

²³ **Barroca 2000**, vol. 2: epígrafe n.º 588, 1580-1593.

²⁴ **Mattoso 1982**, 234, chamando a atenção de que o parentesco entre tios e sobrinhos era frequente entre os freires das ordens militares.

²⁵ *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, 28 A1 e B1.

plenamente identificados e repercutiram-se claramente na orgânica da ordem.²⁶ Assim, Gonçalo Pires Pereira era avô do prior Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, bisavô de Fr. Vasco Rodrigues de Basto e tio de Fr. Afonso Vasques Pimentel, de Fr. João Vasques Pimentel, de Mor Martins Pimentel, freira de Arouca, e de Fr. Martim Pires Froiã. Estevão Vasques Pimentel era irmão, por parte do pai, de Gonçalo Pires Pereira e de Afonso de Resende-Baião e tio de Afonso e de João Vasques Pimentel. Fr. Álvaro Rodrigues Redondo era irmão de Fr. João Rodrigues Redondo e parentes de Álvaro Gonçalves Pereira e por si criados (Pizarro 1999, 1:371). E Afonso Pires Farinha, da linhagem Góis-Farinha aparentada com os Pereira, era irmão de João Pires Farinha da comenda de Rossas (Pizarro 1999, 2:469).

Tendo em consideração as áreas de implantação das diferentes famílias nobres, a distribuição geográfica das comendas da Ordem do Hospital e os seus respetivos comendadores, percebe-se que há uma relação significativa entre si. Enquanto em alguns casos se observa uma coincidência territorial entre as variáveis apontadas, ou seja, os freires administravam comendas nas áreas em que as suas famílias estavam implantadas, em outros deteta-se uma extensão da ação de alguns comendadores para áreas limítrofes às das suas famílias. Daqui se conclui que a Ordem do Hospital viabilizava as estratégias de poder de algumas famílias, no sentido da consolidação ou da ascensão, no plano social e económico.²⁷

São vários os exemplos que estão documentados na tabela 1 e que fundamentam o que acabámos de afirmar. João Durães de Riba de Vizela, oriundo de uma família com uma grande dispersão de bens, onde se inclui património a sul do Tejo, foi comendador de Belver. Gonçalo Pires Pereira, oriundo de uma família de ascendência Trastâmara e com bens entre a margem esquerda do Cávado e o vale do Ave, foi comendador de Limia, Toronho, Távora e Faia, ou seja, de propriedades situadas nos dois lados da fronteira, assim como de Panóias, e foi Grão-comendador nos cinco reinos peninsulares (Pizarro 1999, 2:302-305). Afonso Pires Farinha, cuja família tinha bens na zona de Coimbra e da Lousã, foi comendador de Rio Meão (Aveiro) e de Leça, e também de Vera Cruz em pleno Alentejo, no contexto da expansão que alguns membros da sua família fizeram em direção ao Alentejo, o que o fez participante de um universo de referências singular, marcado pela cruzada e pela guerra meridional frente aos almóadas. Martim Pires Froiã, nascido numa família com bens nos concelhos de Barcelos e Famalicão, foi comendador de Moura Morta, que era a área limítrofe da implantação patrimonial da sua família. E um último exemplo é protagonizado por Afonso Esteves da Teixeira, cuja família entroncava nos senhores de Lanhoso e nos de Baião, o que pode justificar que tenha sido comendador de Távora, e que tinha bens situados na Terra de Santa Maria.

Apesar de o chamado norte senhorial se ter mantido como a área de instalação da maior parte das casas senhoriais portuguesas, o novo espaço mais a sul também se tornaria atrativo para alguns aristocratas mais aventureiros e predispostos para a sua exploração e mais próximos dos favores régios. De resto, a zona de Coimbra tornou-se um espaço de senhoriação, sob o estímulo dos designados cavaleiros de Coimbra, como demonstra José Mattoso (1982, 181-192). Famílias como os Redondos, os Góis-Farinha, os Camelos e os Urgeses, em que a Ordem do Hospital tinha representação, estiveram presentes nesta área, embora não se encontrem menções a comendadores, à exceção na dos Góis-Farinha (Costa 2005). Os próprios comendadores de Oliveira do Hospital, embora não identificados para o período em análise, terão exercido um papel importante na senhoriação ao sul do Douro (Mattoso 1987, 316, 319).

A ligação preferencial da Ordem do Hospital a uma nobreza de segunda categoria era complementada com articulações com a alta nobreza, como comprovam os exemplos que assentam na Família Real, nos Riba de Vizela, nos Sousa e nos Aboim-Portel. Os Sousa, embora sem rasto documental de ingresso formal na ordem, dão sinais, por via de algumas doações que lhe fizeram, do interesse que nela depositavam.²⁸

²⁶ Pizarro 1999, 2:293-309 e vol. 3: árvore genealógica 4.16.2., relativa aos Pereiras. Sousa 2000, 193-194, 225, a propósito do parentesco entre Pimentéis e Pereiras.

²⁷ Hipótese avançada por Mattoso 1982, 234-235 e confirmada por Costa 2005.

²⁸ D. Gonçalo de Sousa deixou, no seu testamento, à Ordem do Hospital a igreja de Santa Maria de Fregim, no julgado de Santa Cruz de Riba Tâmega, a qual se situava numa zona de implantação preferencial desta família (*Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições*, vol. II, doc. 199). Leonor Afonso, filha bastarda de Afonso III, e viúva de D. Gonçalo Garcia de Sousa, em 1289, legou à Ordem do Hospital diversos bens (*Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers*, III, doc. 4056, 545-547). Veja-se ainda Ventura 1992, 1:318-319.

Estas dinâmicas sociais eram, também, reforçadas pelas ligações a espaços monásticos, nomeadamente femininos, em que o compromisso com a esfera régia era crucial. Retenha-se, por exemplo, que o mosteiro de Arouca recebeu D. Mor Martins, D. Mor Moniz Camela e D. Sancha Vasques, todas dos Pimentel e parentes de freires Hospitalários,²⁹ e Maria Esteves da Teixeira,³⁰ cuja família tinha interesses nas ordens militares, incluindo na do Hospital, como já foi mencionado (Mattoso 1982, 233-234).

A completar esta imensa teia de relações sociais, situar-se-iam, num plano distinto, os designados confrades e donatos, que formavam um grupo para nós desconhecido de beneficiados da Ordem do Hospital e que eram determinantes no plano das sociabilidades que se geravam ao abrigo dessa instituição.

2.2. Ordem do Templo

A instalação dos Templários no Condado Portucalense beneficiou do apoio político da condessa-rainha D. Teresa e, muito provavelmente, da sua capacidade de envolvimento de outras pessoas nessa causa. Tanto quanto é possível apurar, a primeira doação que terá pretendido fazer aos Templários incidiu sobre a vila de Fonte Arcada (Penafiel, Porto), algures entre 1126-1128 e foi minutada juntamente com outras dezoito doações provenientes de outros tantos doadores em Fonte Arcada.³¹ Embora não contendo elementos identificativos destes benfeitores, este documento é bastante expressivo quanto às dinâmicas sociais que estariam a congregar-se em torno da Ordem do Templo numa cronologia tão precoce no contexto da sua história e tão simbólica na conjuntura política do Condado Portucalense. O movimento de adesão à ordem no condado começava a tornar-se evidente. Em 1127-1129, o emblemático mestre Hugo de Payns encabeçou um grupo de cavaleiros que fez uma campanha por França e Inglaterra para apresentar a Ordem do Templo e mobilizar apoios em seu benefício. Esta iniciativa terá gerado efeitos colaterais e proporcionado um interesse crescente em relação à causa templária mesmo em territórios mais periféricos e que não integraram o roteiro dessa famosa comitiva. Beneficiando deste prestígio crescente, a partir do momento em que os Templários foram fixados em Soure (1128),³² já a sul de Coimbra, passaram a fazer parte de um ambicioso projeto de expansão territorial encabeçado por D. Afonso Henriques, que visava a expansão da fronteira sul do Condado Portucalense e o domínio sobre o vale do rio Tejo.

Na perspetiva definida para este trabalho, e à semelhança do que fizemos para a Ordem do Hospital, impõe-se fazer a identificação das famílias que se envolveram com a Ordem do Templo e dos principais interesses patrimoniais que manifestaram. Partindo de extensos trabalhos de investigação (Mattoso 1982; Ventura 1992; Pizarro 1999; Barroca 2000; Costa 2019), e sistematizando os dados aí apresentados, é possível saber que famílias como os da *Maia* implantados entre os rios Douro e Ave (Pizarro 1999, 1:254), os *Barreto* com origem nos Velhos e ligação à corte régia e implantação na Estremadura (Pizarro 1999, 1:403-404, 2:548), os *Barbosa* oriundos do vale do rio Sousa e com ligações pontuais à corte (Pizarro 1999, 1:513-515, 2:544-545), os *Riba de Vizela* de Guimarães e outros lugares em que se situavam bens bastantes dispersos, onde se inclui Coimbra e o sul do Tejo (Pizarro 1999, 1:535-537, 2:545), os *Sande* com origem nos de Riba de Vizela e presentes em Guimarães, Lanhoso, Fafe, Famalicão e Braga e Oliveira de Azeméis, tornando-se presentes entre Vila Verde e Vila do Conde já no século XIV (Pizarro 1999, 1:559, 2:560), os *Cambra-Lambaz* com origem nos de Riba de Vizela, documentados em Cambra, Sever do Vouga, Arouca, Viseu e Lafões, expandindo-se para o vale do Douro, Coimbra, Leiria e Santarém já no século XIV (Pizarro 1999, 1:583-584, 2:550), os *Gravel-Gabere*, ramo dos de Valadares, originários de entre Cávado e Minho, embora se possam ter afastado da área de origem (Pizarro 1999, 2:201), os *Alvito*, membros da corte e que possuíam a título transitório um dos raros senhorios de iniciativa régia no sul de Portugal (Pizarro 2005, 131, 140, 149), os *Espinhel* de Águeda e com presença pontual nos julgados de Benviver e de Santa Cruz de Riba Tâmega,³³ os

²⁹ *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, 1:396-400.

³⁰ Maria Esteves da Teixeira, monja de Arouca, tinha um irmão, Afonso Esteves, e um sobrinho, Gonçalo Anes, que são freires Hospitalários, como refere Rêpas 2003, 210-211.

³¹ COTP, doc. 11.

³² COTP, doc. 12.

³³ Por via de Martim Pires Espinhel e de João Garcia Espinhel, embora sem ligação à Ordem do Templo. Pizarro 2015, vol. IV-2, 90, 138-139, 417, 420.

Valverde com ligações aos Redondo,³⁴ os *Dade* do Couto de Baixo, Viseu, com extensões para Vizela, Tâmega e Terra de Santa Maria e Santarém (Pizarro 1999, 2:457-458, 553), os *Ramirão* com forte núcleo de implantação em Priscos, Braga, integram a pequena nobreza minhota (Mattoso 2006, 222-225) e os *Correia*, vindos da zona atual de Vila Real, terão chegado à de Braga firmando ligação aos meios cortesãos (Mattoso 1982, 214-215; Mattoso 2006, 222-225; Pizarro 1999, 2:389, 553) colocaram na Ordem do Templo alguns dos seus membros. Os *Costa* e os *Bugalho* também se ligaram à ordem, embora não haja estudos que permitam perceber o seu perfil.

Apesar de as evidências documentais a que conseguimos ter acesso impedirem a reconstrução completa da lista de comendadores da Ordem do Templo, destacamos na **tabela 2** aqueles cujas famílias se conhecem com a indicação das comendas que tiveram a seu cargo.

Tabela 2. Relação entre a origem geográfica dos freires da Ordem do Templo e as comendas que geriam (séculos XII-XIV)

Freire	Família/Linhagem	Territórios da família	Comenda
Lourenço Espinhel		Águeda; presença pontual nos julgados de Benviver e de Santa Cruz de Riba Tâmega	Comendador de Santarém (1231), ³⁵ Fonte Arcada (1250) ³⁶ e Tomar (1253) ³⁷
Pedro Costa			Comendador de Pombal (1231 ³⁸ -1232 ³⁹) e Tomar (1235) ⁴⁰
Soeiro Peres de Viseu			Comendador de Tomar (1260) ⁴¹ e Pombal (1267) ⁴²
Estêvão Peres Espinhel		Águeda; presença pontual nos julgados de Benviver e de Santa Cruz de Riba Tâmega	Comendador de Santarém (1261 ⁴³ -1262 ⁴⁴) e Nisa (1267) ⁴⁵
Paio Gomes Barreto	Baião / Barreto; média nobreza de corte	Estremadura; proximidade à corte	Comendador de Castelo Branco (1261 ⁴⁶ -1267 ⁴⁷)
Gil Fernandes Barreto	Baião / Barreto; média nobreza de corte	Estremadura; proximidade à corte ⁴⁸	Comendador de Castelo Branco (1295) ⁴⁹ e Soure (1294 ⁵⁰ -[1306-1309] ⁵¹)

Fonte: Mattoso 1987, 289-313; Pizarro 1999, 2:540, 543-561 (no que toca à classificação das famílias e às áreas de implantação); Costa 2019; COTP 2024.

³⁴ Pizarro 1999, vol. 3: árvore genealógica 4.5.3.2.

³⁵ COTP, doc. 299.

³⁶ COTP, doc. 330.

³⁷ COTP, doc. 346.

³⁸ COTP, doc. 299.

³⁹ COTP, doc. 300.

⁴⁰ COTP, doc. 303.

⁴¹ COTP, doc. 383.

⁴² COTP, doc. 420.

⁴³ COTP, doc. 386.

⁴⁴ COTP, doc. 392.

⁴⁵ COTP, doc. 420.

⁴⁶ COTP, doc. 388.

⁴⁷ COTP, doc. 420.

⁴⁸ Gil Fernandes Barreto era criado do rei. COTP, doc. 593.

⁴⁹ Pizarro 1999, 1:407.

⁵⁰ Pizarro 1999, 1:407.

⁵¹ COTP, doc. 555.

Sem se conseguir identificar qualquer comendador das famílias Dade e Bugalho, não deixa de ser significativo o facto de Fr. Martim Martins Dade ter sido pretor de Santarém, documentado em 1253⁵² e 1272,⁵³ e de Martim Pais Bugalho ter sido alcaide de Tomar, pelo menos, em 1272.⁵⁴

No âmbito da Ordem do Templo, o relacionamento entre algumas das famílias indicadas é perceptível, o que reforça a importância da atuação estratégica de algumas delas. Os motivos de atração destes homens eram diversos, como já enunciamos na parte inicial deste texto. Entre eles, e em particular, o apelo ou o convite vindo de algum Templário ou até o sucesso de algum deles pode ter sido muito importante na hora de outros escolherem a instituição. Mas, como se sabe, é sempre difícil ter uma percepção rigorosa deste tipo de influências à distância de tanto tempo. Na documentação encontram-se duas referências explícitas ao exercício de pressões no que toca ao ingresso na ordem, sem que se consiga, no entanto, reconstituir os critérios de admissão. Uma delas é a condenação e punição da prática de simonia, definida em sede da normativa como a oferta de um presente, ou a promessa feita a um freire ou a outra pessoa que pudesse ajudar o interessado a entrar na ordem (Upton-Ward 2006, 99). A outra é encontrada num inquérito de 1314, feito no contexto da supressão da ordem e num ambiente tendencioso de completo controlo régio sobre a mesma, em que ficou registado que o rei mandava sempre um ou dois homens da sua casa às reuniões do capítulo templário para supervisionar a concessão das bailias e impedir lutas entre os freires.⁵⁵ Estas duas situações sustentam a hipótese de haver enormes interesses na escolha da Ordem do Templo, alguns deles modelados pela coroa.

Em termos globais, o sucesso do projeto régio de domínio da área a sul do rio Mondego dependeu do envolvimento dos Templários e proporcionou-lhes a obtenção de extensos domínios até à margem norte do rio Tejo, com o propósito de garantirem a sua defesa e povoamento, potenciado pelo ideal da Terra Santa. Nesta conjuntura, a ação e o protagonismo de D. Gualdim Pais parecem ter sido os elementos decisivos para a configuração da rede de comendas templárias. A rapidez com que este processo decorreu, na segunda metade do século XII, poderá ter passado despercebido a algumas famílias mais enraizadas no norte senhorial e que não se terão adaptado e reagido ao mesmo com tanta agilidade.

D. Gualdim Pais nasceu entre 1118 e 1125 na zona de Braga (possivelmente, em Priscos) e era filho de D. Paio Ramires, da família dos Ramirão, oriundos do Cávado e que tinham um forte núcleo de implantação em Priscos, e de D. Gontrode Soares, que tinha ascendência nos Correia, com ligação aos meios cortesãos e que, vindos da zona atual de Vila Real, terão chegado à de Braga (Mattoso 1982, 214-215; Mattoso 2006, 222-225). Como irmãos este homem teve, pelo menos, D. Gomes Pais de Priscos e D. Sancha Pais Carpinteiro, casada com D. Paio Gomes Gabere.⁵⁶ É tradicionalmente dado como mestre da Ordem do Templo entre 1156 e 1195, exercendo o que podemos classificar como o mais dinâmico e brilhante mestrado em Portugal. No entanto, uma doação de 1131, feita por D. Afonso Henriques a “magister Garinus ac fratribus vestris”, põe em causa o limite cronológico inicial da sua atuação como mestre.⁵⁷ Em 1131, a conjuntura era marcada por grandes mudanças no Condado Portucalense e na história da Ordem do Templo em termos globais. O entusiasmo que emanava dessa conjuntura, as raízes francesas da Família Condal e a implantação da família de Gualdim Pais em Braga, cujo arcebispo era uma figura proeminente da cena política de então, podem ter gerado a vontade de adesão às causas da cruzada e da Ordem do Templo, justificando eventualmente a ambição do uso da condição de mestre em cronologia tão precoce, mesmo antes de Gualdim ter partido para o Oriente Latino por volta de 1148. A ligação dos Ramirão a D. Afonso Henriques clarifica-se no âmbito da evolução da situação política do Condado Portucalense. Não é irrelevante o facto de, entre 1125 e 1127, os Ramirão, à semelhança de outras famílias, deixarem

⁵² COTP, doc. 346.

⁵³ COTP, doc. 441.

⁵⁴ COTP, doc. 438.

⁵⁵ COTP, doc. 593.

⁵⁶ José Mattoso (2006, 223) reconhece que também seria irmão de Estevainha Pais, casada com Martim Anes de Riba de Vizela, embora esta hipótese seja difícil de sustentar, tendo em conta a investigação feita por José Augusto Pizarro (1999, 1:544-545, 2:202).

⁵⁷ COTP, doc. 15. Marques 1996, 326-347.

de confirmar os diplomas da condessa D. Teresa (Mattoso 2006, 37). Com efeito, neste novo quadro de fidelidades, a proximidade dos Ramirão a D. Afonso Henriques pode ter sido o elemento determinante para a colocação de Gualdim na ordem e de o mesmo ter sido cavaleiro do rei.

A ligação de D. Gualdim Pais à terra natal perdeu-se rapidamente, fruto de uma carreira internacional e depois desenvolvida em Portugal, em particular na Beira Interior e na ampla margem norte do Tejo, sempre ao serviço da missão templária e em colaboração com o projeto político régio. A sua capacidade de intervenção no território e espírito de liderança têm indicadores seguros na construção dos castelos de Tomar, Pombal, Almourol e Longroiva e na requalificação dos de Penas Roias, Castelo do Zêzere, Cardiga, Idanha-a-Velha e Monsanto (Barroca 1996-1997, 171-209). Em complemento, outorgou cartas de foral aos concelhos de Redinha, Tomar, Pombal, Ferreira de Aves e Castelo do Zêzere (Lencart 2023, 131-157). De um modo ímpar contribuiu para consolidar a Ordem do Templo em Portugal.

A notoriedade de D. Gualdim Pais, que viveu cinco anos no Oriente Latino e foi mestre da Ordem do Templo, parece ter sido decisiva para influenciar indivíduos com quem terá convivido (Costa 2019, 132). O parentesco entre si e alguns freires está comprovado. Por exemplo, Sancha Pais Carpinteiro, irmã de Gualdim Pais, casou com Paio Gomes Gabere, dos Gravel-Gabere (Pizarro 1999, 2:201). Também desta família, Estevainha Pais Gabere, sobrinha-neta de D. Gualdim, casou com Martim Anes de Riba de Vizela, rico-homem da corte régia e alferes-mor (1212-1224 e 1226-1240).⁵⁸ Os de Riba de Vizela, a partir de Guimarães, expandiram a sua área de fixação para outros espaços mais a sul, como Coimbra (Pizarro 1999, 1:535), aproximando-se da área principal de implantação da ordem e alimentando algumas ligações com a mesma. Maria Vasques Carpinteiro de Coimbra, sobrinha de D. Gualdim Pais, casou com Pêro Soares Velho (Pizarro 1999, 1:334-335). Os Barreto, ramo da família nobre dos de Baião, mostraram interesse pela corte régia e por certos bens patrimoniais situados na Estremadura, tendo também ligações a Gualdim Pais e aos Templários. Gomes Mendes Barreto casou com uma sobrinha do famoso mestre e vários dos seus descendentes foram freires Templários (Ventura 1992, 2:611; Pizarro 1999, 1:403-404). Como consta na tabela 2, Paio Gomes Barreto era sobrinho-neto de D. Gualdim (Pizarro 1999, 1:405) e foi comendador da reputada comenda de Castelo Branco, entre 1261 e 1267. Gil Fernandes Barreto foi comendador de Soure (1294-[1306-1309]) e de Castelo Branco (1295).⁵⁹ E, ainda, João Esteves Barreto ficou documentado como freire do Templo em 1306 (Pizarro 1999, 1:407).

As redes sociais em que os Templários participavam eram, de facto, muito complexas. Em virtude da missão que prosseguiram e do seu estatuto e prestígio, foram atraindo diversos benfeitores, incluindo da alta nobreza, a exemplo do que aconteceu com D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques, que lhes doou Longroiva,⁶⁰ e com D. Diogo Lopes de Baião e sua mulher, Urraca Afonso de Cabreira, que no ano de 1266 fizeram um escambo com os freires, sob o testemunho de Fernão Gomes Barreto e do seu filho João Fernandes Barreto,⁶¹ família bastante chegada à ordem, como acabamos de demonstrar pela familiaridade de alguns deles com Gualdim Pais. Com os destacados senhores de Barbosa, também havia uma especial proximidade. João Pires de Barbosa ascendeu à dignidade de mestre em Castela (Pizarro 1999, 1:524). Pelo seu prestígio social, testemunhou uma doação da ordem a D. João Peres de Aboim, mordomo-mor de D. Afonso III, no dia 15 de maio de 1267, ao lado dos comendadores de Castelo Branco, Pombal, Nisa, Santarém, Soure, Mogadouro, Lisboa e Fonte Arcada.⁶² Outros homens dos de Barbosa aparecem a testemunhar documentos que envolvem a Ordem do Templo, sem que sejam dados como membros da instituição. Outro exemplo da ligação da ordem à nobreza mais reputada é insinuado pela doação de uma vinha em Alvisquer (Santarém) por parte de D. João Peres de Aboim ao mestre D. Gonçalo Martins em 1268.⁶³ Outra linhagem da alta

⁵⁸ As datas-limite são reconstituídas a partir de dados avançados por Pizarro 1999, 1:544; Vilar 2005, 275; Fernandes 2006, 276.

⁵⁹ Pizarro 1999, 1:407.

⁶⁰ COTP, doc. 32.

⁶¹ COTP, doc. 418. Pizarro 1999, 1:299-300, 398, 408, 2:366.

⁶² COTP, doc. 420.

⁶³ COTP, doc. 425.

nobreza, a dos senhores da Maia, apesar de ter conhecido uma tendência de decadência a partir do século XII no âmbito das profundas alterações em curso nesse período no que toca à nobreza (Mattoso 1987, 311-312), entregou à ordem Martim Martins da Maia, filho de D. Martim Peres da Maia e de D. Teresa Martins de Riba de Vizela, que era colação de D. Sancho II, porque a sua mãe foi ama de leite do rei. Este homem foi mestre, pelo menos entre 1242 e 1245 (Pizarro 1999, 1:254, 259; Barroca 2000, vol. II, tomo 1: 808-811; Costa 2019, 145).

Os Templários estiveram igualmente envolvidos com as famílias de Sande e de Cambra-Lambaz, ambas com origem nos prestigiados senhores de Riba de Vizela. Em concreto, conhece-se Pedro Fernandes de Sande, freire da Ordem do Templo que faleceu antes de 1270,⁶⁴ e Gonçalo Nunes de Cambra, também freire, irmão de Soeiro Nunes de Cambra que, em 1283, tinha uma propriedade em Cambra, que deveria ser entregue à ordem por vontade do referido irmão.⁶⁵ Os Espinhel também fizeram parte da rede social do Templo e tiveram uma especial ligação aos bens de Santarém. Lourenço Espinhel foi comendador de Santarém (1231), de Fonte Arcada (1250) e de Tomar (1253) e Estêvão Peres Espinhel foi comendador de Santarém (1261) e de Nisa (1267), como se documenta na tabela 2.

Em síntese, a Ordem do Templo tinha importantes apoios sociais no norte de Portugal. As famílias de uma nobreza mais importante, como as da Maia (Martim Martins da Maia) e de Barbosa (João Pires Barbosa), alcançaram o mestrado da ordem. Por outro lado, as que foram para sul tiveram como *pivot* Gualdim Pais, como aconteceu com os Gravel-Gabere e os Barreto, aparentados com o famoso mestre. Os Barreto acederam igualmente ao mestrado (Paio Gomes Barreto).

É também significativo que certos homens da mesma família tenham administrado a mesma comenda em gerações distintas, dado que atesta a sua influência. Foi o que se passou com Paio Gomes Barreto e Gil Fernandes Barreto no que toca à comenda de Castelo Branco, uma das mais prestigiadas que a ordem tinha em Portugal, e com Lourenço Espinhel e Estêvão Peres Espinhel no que toca à de Santarém.

Por outro lado, e considerando o universo de comendadores templários que identificamos (Costa 2019, 152-160), sem restringir a observação apenas àqueles de que conhecemos os nomes de família, concluímos que a acumulação de várias comendas por parte de um mesmo comendador, para além de revelar alguns aspetos sobre a gestão que os Templários imprimiam aos seus domínios, é pertinente para refletir sobre a persistência e a extensão dos seus apoios sociais.

A rotatividade de alguns comendadores por várias comendas verificava-se com alguma frequência. Em teoria, as razões que a podem justificar são várias: circulação imposta pela ordem para evitar pressões e vícios, exigências de gestão de propriedades dispersas, competências e mérito de alguns freires, falta de recursos humanos, influência régia para aperfeiçoar o controlo sobre a instituição e até promoções implementadas pela própria ordem e que levaram alguns freires a alcançar comendas de prestígio depois de terem rodado por outras. Alguns destes fatores refletem opções de gestão em detrimento das influências exercidas por razões de natureza social. Do extenso conjunto de dados que estamos a ter em consideração nesta problematização, é possível perceber que os comendadores tendiam a aproximar-se dos núcleos patrimoniais de maior prestígio e localizados no núcleo central dos domínios da ordem em Portugal, havendo sinais de alguns percursos centrípetos, propensão reforçada, por vezes, pela sua atuação também como representantes da autoridade central da ordem (Costa 2019, 164-165).

As dinâmicas sociais que se geravam em torno da Ordem do Templo não se esgotavam no grupo dos comendadores. Assumindo uma forma de dependência diferente, dado que não implicava a profissão de votos, havia os chamados confrades, uma espécie de beneficiados, e que, regra geral, doavam bens à ordem e, em troca, tinham orações de sufrágio e sepultura asseguradas pelos freires. Egas Velho do Tojal, a acreditar nas suas palavras, foi recebido na Ordem do Templo, na sequência de, em março de 1257, lhe ter doado a terça parte dos seus bens e, em contrapartida, “ut me receperunt in sua sancta

⁶⁴ COTP, doc. 434 e Pizarro 1999, 1:560.

⁶⁵ COTP, doc. 467 e Pizarro 1999, 1:586.

confraternitate et in suis sanctis orationibus”.⁶⁶ Note-se apenas que os Velhos eram descendentes dos senhores de Baião e estavam implantados no litoral entre os rios Cávado e Lima, tendo dado origem aos Barreto e aos Redondo, duas famílias bastante relevantes para a ordem (Pizarro 1999, 1:327-331, 2:547). Sem que se consiga estabelecer os nexos que ligariam os confrades aos freires, nem compreender plenamente o papel das famílias que comprovadamente fizeram alguns dos seus como freires da Ordem do Templo ao nível da atração de confrades, estão documentados casos muito pontuais que se revestem do maior interesse. Por exemplo, é bastante sugestivo o exemplo de D. Estêvão Peres Espinhel e D. Maria Peres, sua mulher, que se fizeram confrades do Templo e assim estão documentados em maio de 1261.⁶⁷ O caso deste D. Estêvão é bastante curioso, uma vez que está documentado como comendador de Santarém, passados apenas 7 meses, em dezembro de 1261,⁶⁸ e que já antes de si tinha havido, pelo menos, um seu parente, Lourenço Espinhel, a desempenhar o cargo de comendador.⁶⁹ Talvez esta anterior ligação dos Espinhel à comenda de Santarém ajude a compreender a rapidíssima ascensão de D. Estêvão de confrade a comendador. A sua condição de confrade, juntamente com a de sua mulher, seria evocada 20 anos mais tarde, em 1281, quando Estêvão Peres Espinhel mandou fazer um documento em que confirmou a entrega de bens à ordem quando precisamente se tinham feito confrades, com condição que o freire capelão da igreja de Santa Maria de Tomar cantasse para sempre uma missa na igreja de Santo Ildefonso.⁷⁰

3. CONCLUSÃO

As referências que se encontram na documentação, embora avulsas, feitas sem qualquer preocupação de dar a conhecer as dinâmicas sociais que se geraram em torno das ordens jerosolimitanas em Portugal ao longo dos séculos XII-XIV, e sem um padrão claro e linear, são determinantes para o estudo das dinâmicas sociais e das redes patrimoniais. A abordagem dos casos das ordens do Hospital e do Templo sugere diferenças entre si.

No que toca aos Hospitalários, é mais evidente a relação entre a área de origem das suas famílias e os núcleos patrimoniais da ordem de que assumiram a gestão. Os Hospitalários expandiam as suas áreas de influência familiar fazendo recurso às comendas, formando uma espécie de círculos em torno dos seus patrimónios de origem. Os seus interesses pessoais, a par do volume de peregrinos que necessitavam do suporte da ordem e da densificação da adesão social à peregrinação, refletiam-se na ação dos beneméritos.

No que toca aos Templários, o processo de instalação no Condado Portucalense parece ter começado com bases semelhantes ao da Ordem do Hospital, tendo em conta as múltiplas doações em Fonte Arcada, preparadas em 1226-1128. No entanto, a rápida fixação em Soure imprimiu-lhes um destino diferente. Os Templários parecem, pois, ter seguido um padrão de comportamento distinto. Muitas vezes originários de famílias nortenhas, afastaram-se das suas áreas de origem e instalaram-se em territórios da Beira e do vale do rio Tejo, ao ritmo imposto pela coroa e pelas necessidades políticas e militares do território português. Pela missão assumida pela ordem, os Templários dirigiam-se para áreas de fronteira, por vezes afastadas das suas famílias. Alguns deles agiram por imitação de Gualdim Pais, por adesão ao programa de guerra que caracterizava a Ordem do Templo no Oriente Latino, por influência dos primeiros mestres que eram franceses, cuja presença em Portugal está documentada, e por força do prestígio associado à guerra. Por conseguinte, a relação entre o lugar de origem das famílias dos freires do Templo e as comendas é baixa, ao contrário do que se passava na Ordem do Hospital. De resto, da informação sistematizada neste trabalho, constata-se que apenas a família dos Riba de Vizela se fazia representar nas duas ordens. No entanto, os Hospitalários e os

⁶⁶ COTP, doc. 367.

⁶⁷ COTP, doc. 386.

⁶⁸ COTP, doc. 388.

⁶⁹ COTP, doc. 299.

⁷⁰ COTP, doc. 461.

Templários teriam em comum necessidades de afirmação e de enriquecimento, típicas de um mundo assente em bases senhoriais, cuja concretização dependia do território em que eram colocados.

Em Portugal, a elite governativa das duas ordens jerosolimitanas manteve ligações à alta nobreza, sobretudo por via da proximidade à Família Real, e às famílias dos da Maia, Baião, Riba Douro, Barbosa e Riba de Vizela. Os Sousa e os Bragança integravam esse grupo de contactos, como demonstram algumas doações que fizeram em favor das ordens, embora não se conheça a integração de freires com essas origens. As alianças mais frequentes foram estabelecidas com linhagens de segunda categoria, muito condicionadas pelo desaparecimento, no século XII, dos troncos principais da alta nobreza, precisamente na centúria em que os freires se implantaram no então Condado Portucalense. Foi uma época de profundas transformações sociopolíticas neste território. A política de centralização do poder régio deu lugar à intervenção crescente sobre as ordens militares por parte da coroa. José Mattoso afirma que no século XII, as grandes famílias estão no Vale do Douro e Chaves, na centúria seguinte estão no Entre Douro e Minho, havendo uma mudança das linhagens entre estas duas fases, e no século XIV as zonas escolhidas são a Beira e a Estremadura (Mattoso 1987, 311-312). As linhagens mais prestigiadas permaneceram muito agarradas ao norte senhorial, prescindindo do avanço em direção ao sul à medida que a reconquista cristã ia progredindo para essas novas áreas geográficas (Pizarro 2009, 143-155). A partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279), a corte passou a ser o fator determinante de hierarquização da nobreza (Ventura 1992), o que terá condicionado as opções de algumas famílias.

Os freires integravam estratégias complexas que refletiam amplos interesses sociais e que condicionavam as suas carreiras no seio das ordens do Hospital e do Templo. Analisada a lista dos comendadores de que conhecemos a proveniência familiar, a eventual reconstituição das redes clientelares dos comendadores seria preciosa para enriquecer a trama destas dinâmicas sociais, embora de difícil concretização, pelo volume de dados que requer. A complexidade das redes de atuação dos freires das ordens religioso-militares torna-se evidente, embora os documentos existentes nos arquivos não consigam transmitir, de forma tão explícita quanto o historiador gostaria, toda essa riqueza.

Informação complementar ↑

Fontes de financiamento

Esta publicação faz parte do projeto de investigação do Ministerio de Ciencia e Innovación: “El Hospital y el Temple en la Corona de Aragón y reino de Navarra (siglos XII-XIII): unas instituciones europeas como motor de transformación de las redes sociales y la religiosidad” (PID2020-117519GB-I00), Julia Pavón Benito, Universidad de Navarra (dir.).

Material suplementar

Não procede.

Disponibilidade de dados

Não procede.

Agradecimientos

Não procede.

Declaração de contribuição de autoria

Paula Pinto Costa: conceptualização, análise formal, investigação, metodologia, obtenção de financiamento, administração do projeto, redação – rascunho original, redação – revisão e edição.

Declaração de conflitos de interesses

A autora deste artigo declara não ter conflitos de interesses financeiros, profissionais ou pessoais que possam ter influenciado de forma inadequada este trabalho.

Declaração do uso de Inteligência Artificial

Não procede.

FONTES

- A Comenda de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640)*. 2013. Eds. Luís Adão da Fonseca, Paula Pinto Costa e Joana Lencart. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*. Vol. 16. CEPESE.
- A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*. 2013. Eds. Luís Adão da Fonseca, Maria Cristina, Joana Lencart. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*. Vol. 14. CEPESE.
- BA, Regra da Ordem de S. João de Jerusalém, n.º 49-II-32.
- Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100 - 1310)*. 1894-1906. Ed. Jean Delaville le Roulx. 4 vols. Ernest Leroux.
- COTP. Cartulário da Ordem do Templo em Portugal*. 2024. Eds. Paula Pinto Costa e Joana Lencart. CITCEM.
- Chancelaria de D. Dinis*. 2012. Livro II. Editado por Rosa Marreiros. Palimage.
- Costa, Avelino de Jesus da. 1983. *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*. Vol. 1, *Estampas*, 4.ª ed. Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática.
- Livro de Linhagens do conde D. Pedro*. 1980. Ed. José Mattoso. *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série. Vol. II. Reedição crítica. Academia das Ciências.
- Livro dos Bens de D. João de Portel*. 2003. Colibri.
- Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições*. 1947. Ed. José Mendes da Cunha Saraiva. *Subsídios para a História da Ordem de Malta*. Vol. II. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- Ordenações Manuelinas*. 1984. Edição fac-similada da edição de 1797. Fundação Calouste Gulbenkian.
- TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª Incorporação, ex. 37, m. 84, n.º 3870.
- TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª Incorporação, ex. 37, m. 85, n.º 3917.
- TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª Incorporação, ex. 37, m. 86, n.º 3959.
- Upton-Ward, Judith M. 2006. *A Regra dos Templários*. Trad. Francisco Paiva Boléo. A esfera dos livros.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Martim de, ed. 1992. *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*. Edições Inapa.
- Barroca, Mário. 1996-1997. "A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII". *Portugália* 17-18: 171-209.
- Barroca, Mário. 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 4 vols. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Carraz, Damien. 2022. "¿Una espiritualidad aristocrática? Los comendadores de la Orden del Hospital en los prioratos del sur de Francia (c. 1250-c. 1330)". Em *Milites Dei. XLVIII Semana Internacional de Estudios Medievales (Estella-Lizarra)*. Gobierno de Navarra. <https://doi.org/10.35462/siemel.48>
- Costa, Paula Pinto. 1993. *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII-XIV*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto (edição fotocopiada).
- Costa, Paula Pinto. 2005. "A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica". Em *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

- Costa, Paula Pinto. 2019. *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*, 1.^a edição. Manuscrito.
- Fernandes, Hermenegildo. 2006. *D. Sancho II*. Círculo de Leitores.
- Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa. 2009. *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- Gomes, Saul António. 1997. “A presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Sécs. XII-XV)”. Em *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coordenado por Isabel Cristina Fernandes. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.
- Krus, Luís. 1994. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico: 1280-1380*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lencart, Joana. 2018. *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- Lencart, Joana. 2023. “Os forais Templários: esteios na fixação da fronteira do território português”. Em *Circulações, guerras, discursos e religiosidades nas fronteiras da Cristandade (Séculos V-XV)*, editado por Dirceu Marchini Neto, Fabiano Fernandes e Renata Cristina de Sousa Nascimento. Editora Fi. <https://www.editorafi.org/ebook/a011-circulacoes-guerras-discursos-religiosidades>
- Marques, José. 1996. “As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja”. Em *2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, Administração, cultura e igreja em Portugal no século XII*, vol. 5. Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho.
- Marques, José. 1999. “Las diócesis portuguesas hasta 1150”. Em *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI. El traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela en 1095*, editado por Fernando López Alsina. Consorcio de Santiago.
- Mattoso, José. 1982. *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2.^a ed. Guimarães & C.^a Editores.
- Mattoso, José. 1987. *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. 2.^a ed. revista. Editorial Estampa.
- Mattoso, José. 2006. *D. Afonso Henriques*. Círculo de Leitores.
- Nobre, Rui. 2021. “A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes”. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Pavón Benito, Julia e Maria Bonet Donato. 2022. “Tramas sociales y religiosas del Temple y el Hospital en Navarra, Aragón y Cataluña (ss. XII-XIII)”. Em *Milites Dei. XLVIII Semana Internacional de Estudios Medievales (Estella-Lizarra)*. Gobierno de Navarra. <https://doi.org/10.35462/siemel.48>
- Pizarro, José Augusto de Sottomayor. 1999. *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. 3 vols. Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família / Universidade Moderna.
- Pizarro, José Augusto de Sottomayor. 2005. *D. Dinis*. Círculo de Leitores.
- Pizarro, José Augusto de Sottomayor. 2009. “A Participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares”. Em *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Atas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Câmara Municipal de Palmela.
- Pizarro, José Augusto de Sottomayor. 2015. *Inquisitiones: inquirições gerais de D. Diniz de 1288: sentenças de 1290 e execuções de 1290. Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série. Vol. IV-2. Academia das Ciências de Lisboa.
- Rêpas, Luís Miguel. 2003. *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Magno Edições.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. 2000. *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro. 1989. *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Presença.

- Valente, José Manuel. 2009. *Soldier and Settlers: The Knights Templar in Portugal, 1128-1319*. California University Press.
- Ventura, Leontina. 1992. *A nobreza de corte de Afonso III*. 2 vols. FLUC (edição policopiada da tese de doutoramento).
- Vilar, Hermínia Vasconcelos. 2005. *D. Afonso II*. Círculo de Leitores.